

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCUS VINÍCIUS DEORRISTTE DOS SANTOS

CORRUPÇÃO E CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL

Porto Alegre

2018

MARCUS VINÍCIUS DEORRISTTE DOS SANTOS

CORRUPÇÃO E CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome

Porto Alegre 2018

MARCUS VINÍCIUS DEORRISTTE DOS SANTOS

CORRUPÇÃO E CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome – PPGCP/UFRGS (Orientador)

Prof. ^a Dra. Jennifer Azambuja de Moraes – PPGCP/UFRGS

Felipe Zorzi Doutorando/UFRGS– PPGCP/UFRGS

AGRADECIMENTOS

No decorrer de um curso de graduação, em especial no de ciências sociais, o aluno adquire as ferramentas para ampliar o seu campo de visão sobre o mundo, aprende, além dos conteúdos próprios de cada disciplina específica, a conviver com as diversas realidades que o cercam, materializadas na interação com colegas, professores e funcionários dentro do espaço universitário. Quero aqui, no final desta etapa tão importante da minha vida, declarar minha gratidão por esta oportunidade.

Antes, quero agradecer à minha mãe pelo incentivo, à minha esposa pela paciência e compreensão durante as horas de minha ausência enquanto me dedicava aos estudos.

Agradeço aos inúmeros colegas pela parceria e troca de experiências; aos professores pelo conhecimento transferido, pela generosidade e respeito com que, em sua grande maioria, tratam todos os alunos; ao povo brasileiro e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo ensino gratuito e de qualidade que me foi proporcionado; ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), à Comissão de Graduação de Ciências Sociais (COMGRAD), bem como à Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BIBCSH) pela atenção e paciência que me dedicaram sempre que busquei alguma orientação.

Por fim, quero fazer um agradecimento especial ao Prof. Dr Marcello Baquero – que é uma referência internacional sobre estudos de cultura política e capital social – por ter me dado a honra de ser o meu orientador neste trabalho de conclusão de curso, ao doutorando Felipe Zorzi pelas contribuições tão importantes para o aprimoramento deste trabalho, ao participar da banca examinadora, e à Dra. Jennifer Azambuja, também por sua participação na banca examinadora, mas, principalmente, pelo apoio, fundamental, neste momento crucial da minha formação.

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise da existência de uma relação entre a exposição dos casos de corrupção na mídia e a formação da cultura política dos jovens no sul do Brasil. O problema central da pesquisa é: A exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado o desinteresse dos jovens pela participação na política? O trabalho justifica-se na medida em que se faz necessário identificar como a percepção dos casos de corrupção divulgados pela mídia são assimilados ao longo do tempo e traduzidos em aspectos culturais que serão levados através da vida adulta, influenciando na forma como exercem sua cidadania. O objetivo geral é analisar de que forma a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado na constituição de uma cultura política dos jovens, representando um fator de atração ou repulsão aos assuntos da vida política. Em relação aos objetivos específicos, são apresentados: (1) Identificar o grau de interesse dos jovens pela atividade política; (2) Verificar o nível de confiabilidade das instituições políticas entre os jovens; e (3) Analisar de que forma os jovens estão expostos às notícias sobre corrupção. As hipóteses que norteiam a pesquisa são: (1) A exposição dos casos de corrupção tem se refletido na baixa confiança dos jovens nas instituições políticas; (2) A baixa confiança nas instituições políticas tem provocado a descrença nos processos democráticos entre os jovens; e (3) Quanto maior o tempo de exposição às notícias de corrupção menor o interesse pela participação política. Para responder ao problema e aos objetivos expostos, a metodologia adotada será a quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo survey. A análise dos dados foi conduzida pela utilização do programa de análise estatística IBM SPSS. No caso dessa análise, a variável independente utilizada será o tempo de utilização diário de TV e internet. Para a realização deste trabalho, serão utilizados os dados da pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social”, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), entre os anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região sul do Brasil: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, com 2.035 jovens, entre 13 e 24 anos de idade, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio). Os resultados demonstram um baixo interesse em política e a falta de confiança nas instituições. Porém, não existindo uma relação entre o tempo de utilização dos meios de comunicação e o interesse em política e a confiança nas instituições.

Palavras-chave: Socialização política, Cultura política, Corrupção.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the existence of a relationship between the exposure of cases of corruption in the media and the formation of the political culture of young people in southern Brazil. The central problem of the research is: Has the exposure of corruption cases in Brazil in recent years influenced the disinterest of young people for their participation in politics? The work is justified to the extent that it is necessary to identify how the perception of corruption cases disseminated by the media are assimilated over time and translated into cultural aspects that will be carried through adult life, influencing how they exercise their citizenship. The general objective is to analyze how the exposure of corruption cases in Brazil in recent years has influenced the constitution of a political culture of young people, representing a factor of attraction or repulsion to the issues of political life. In relation to specific objectives, the following are presented: (1) Identify the degree of interest of young people in political activity; (2) Check the level of trustworthiness of political institutions among young people; and (3) Analyze how young people are exposed to corruption news. The hypotheses that guide the research are: (1) The exposure of cases of corruption has been reflected in the low confidence of young people in political institutions; (2) Low confidence in political institutions has led to disbelief in democratic processes among young people; and (3) The longer the exposure to news of corruption, the less interest in political participation. In order to respond to the problem and the stated objectives, the methodology adopted will be the quantitative one, by means of the survey type survey method. Data analysis was conducted using the IBM SPSS statistical analysis program. In the case of this analysis, the independent variable used will be the daily TV and internet usage time. In order to carry out this work, data from the empirical research "Democracy, Media and Social Capital", conducted by the Latin American Research Center (NUPESAL), between 2015 and 2016, will be used in the three capitals of the southern region of Brazil. Brazil: Porto Alegre, Florianópolis and Curitiba, with 2,035 young people between the ages of 13 and 24, from public and private schools (from 1st to 3rd year of high school). The results demonstrate a low interest in politics and lack of trust in institutions. However, there is no relationship between the time of use of the media and the interest in politics and trust in institutions.

Keywords: Political socialization, Political culture, Corruption.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? (%).....	31
Tabela 2 - Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Em primeiro e em segundo lugar. (%).....	31
Tabela 3 - Todos os políticos são corrupto. (%).....	33
Tabela 4 - horas de TV X interesse por política (%).....	34
Tabela 5 - horas de internet X interesse por política (%).....	34
Tabela 6 - horas deTV X participação em Partidos Políticos (%).....	35
Tabela 7 - horas de internet X participação em Partidos Políticos (%).....	35
Tabela 8 - horas de TV X participação em manifestações, protestos, passeatas (%).....	36
Tabela 9 - horas de internet X participação em manifestações, protestos, passeatas (%).....	36
Tabela 10 - horas de TV X participação em grêmios estudantis (%).....	37
Tabela 11 - horas de internet X participação em grêmios estudantis (%).....	37
Tabela 12 - horas de TV X confiança nos partidos políticos (%).....	39
Tabela 13 - horas de internet X confiança nos partidos políticos (%).....	39
Tabela 14 - horas de TV X confiança no presidente (%).....	40
Tabela 15 - horas de internet X confiança no presidente (%).....	40
Tabela 16 - horas de TV X confiança no Judiciário (%).....	41
Tabela 17 - horas de internet X confiança no judiciário (%).....	41

Sumário

1. Introdução	8
1.1 Metodologia.....	10
2. Enquadramento teórico	12
2.1 Cultura Política e Democracia.....	12
2.1 Cultura Política e Democracia no Brasil	15
2.2 Socialização política.....	18
3. Corrupção e meios de comunicação.....	22
3.1 Corrupção.....	22
3.2 Corrupção no Brasil	26
3.3 Mídia	29
4. Análise dos dados	33
4.1 Interesse e participação	36
4.2 Confiança.....	41
5. Conclusão	46
6. Referências	50
7. ANEXO I – Questionário Survey	58

1. Introdução

Nos últimos anos, tem sido difícil, mesmo para aqueles que não costumam acompanhar a seção sobre política dos jornais e noticiários de TV, ficar impassível diante das mudanças que têm ocorrido.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff e a redução drástica do número de candidatos de seu partido, o PT, eleitos para o executivo e legislativo nas últimas eleições municipais são o retrato de uma reação conservadora e de rejeição aos partidos de esquerda que atinge também diversos países da América Latina, Europa e até mesmo os Estados Unidos da América. Após um período de predomínio de governos de esquerda (ou mais alinhados com projetos de Estado de Bem Estar Social) ascendendo ao poder, que teve início no final da década de 1990 com a subida de Hugo Chaves à presidência da Venezuela, seguindo-se diversos outros países da América do Sul, como Bolívia, Argentina, Uruguai e Brasil, vê-se surgir em meados da década de 2010 uma nova ordem onde recrudescer o apoio a partidos e candidatos mais conservadores por parte dos eleitores, em meio à crise econômica, política e administrativa dos últimos governos.

No caso brasileiro, pode-se relacionar os crimes de corrupção trazidos à tona pelas investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, amplamente divulgados pela mídia – como no caso da operação Lava-jato (Machado, Paschoal, 2016) que colocaram em evidência membros do senado e da câmara dos deputados–, com este processo de rejeição nas urnas dos partidos de esquerda e com o grande número de abstenções ao voto nas últimas eleições. Isto corrobora para o aumento da desconfiança que os eleitores já apresentam em relação aos políticos, identificada por Baquero (2003 e 2013) e Moisés (2005 e 2010).

De acordo com Ricco (2014), a corrupção – definida como o desvio de recursos públicos para fins privados – além de deteriorar o Estado e prejudicar a execução de políticas públicas, abala os fundamentos do próprio regime democrático. A impunidade aos corruptos desconstitui o “primado da lei”, “um dos pilares essenciais sobre o qual qualquer democracia de alta qualidade se sustenta” (O’DONNELL, 2005) e produz também a descrença dos cidadãos frente às instituições públicas, que, se convertida em aceitação da corrupção, diminui a

adesão ao regime, estimula a aceitação de escolhas autoritárias, influencia negativamente a submissão à lei e inibe tendências de participação política (MOISÉS, 2010).

Neste contexto, os jovens em processo de socialização política, que são os mais afetados pelas dificuldades de encontrar colocação no mercado de trabalho e que não encontram na política e nas suas instituições caminhos para saírem desta situação, desenvolvem representações sobre estas como algo alheio à sua realidade. Visto que a imagem difundida nos meios de comunicação é a de que os políticos, generalizadamente, em vez de trabalharem para minimizar o quadro de desigualdades sociais existente no país corroboram para a manutenção do status quo, o ceticismo e o distanciamento dos jovens é ainda mais agravado (BAQUERO, 2004).

Desse modo, em um país onde a cultura política do povo já é uma cultura de resignação (BAQUERO, 2004) – em que impera o desinteresse, a falta de participação e a desconfiança nas instituições políticas –, é importante compreender as formas como estes aspectos são interiorizados a partir da juventude. Com base nessas considerações, este trabalho examina como os jovens cidadãos internalizam, decodificam e concebem suas representações políticas e democráticas, e como essas crenças estruturam um tipo de cultura política. Com base nessas considerações, este trabalho examina como os jovens cidadãos internalizam, decodificam e concebem suas representações políticas e democráticas, e como essas crenças estruturam um tipo de cultura política.

Pontualmente se busca analisar se a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado o desinteresse dos jovens pela participação na política?

O objetivo geral é analisar de que forma a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado na constituição de uma cultura política dos jovens, representado um fator de atração ou repulsão aos assuntos da vida política.

Os objetivos específicos são:

1. Identificar o grau de interesse dos jovens pela atividade política.
2. Verificar o nível de confiabilidade das instituições políticas entre os jovens.
3. Analisar de que forma os jovens estão expostos às notícias sobre corrupção.

As hipóteses a serem testadas são:

- 1- A exposição dos casos de corrupção tem se refletido na baixa confiança dos jovens nas instituições políticas
- 2- A baixa confiança nas instituições políticas tem provocado a descrença nos processos democráticos entre os jovens.
- 3- Quanto maior o tempo de exposição às notícias de corrupção menor o interesse pela participação política.

1.1 Metodologia

Para testar as hipóteses formuladas será utilizada a metodologia quantitativa. Os dados provem de uma pesquisa tipo survey, na qual foi distribuído um questionário semiestruturado autoaplicável a jovens na faixa etária de 14 a 21 anos. O questionário tem as respostas codificadas e registradas de forma quantitativa, que serão analisadas e podem ser generalizadas para a população (BABBIE, 1999).

De acordo com Baquero (2009), os surveys, através da utilização de uma amostra representativa, aliada a técnicas sistemáticas específicas de análise, visam descrever ou explicar características de opiniões, de traços e de atributos de uma população. A análise dos dados do survey foi conduzida pela utilização do programa de análise estatística IBM SPSS.

Examinar padrões existentes entre as respostas e perguntas e explorar os relacionamentos entre as variáveis que as perguntas representam, observando em que medida uma variável é influenciada por outra é o objetivo central dos resultados da aplicação do questionário (MAY, 2004).

Este trabalho segue a abordagem indutiva que, segundo Baquero (2009), é o processo pelo qual o pesquisador inicia com observações específicas combinando-as para produzir uma fórmula mais geral de uma relação, inferindo um conhecimento geral.

Será utilizado para efetivação deste trabalho o banco de dados da pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”., realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL) - vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A citada

pesquisa foi aplicada entre os anos de 2015 e 2016, nas três capitais da região sul do Brasil: Porto Alegre/RS (entre abril e junho de 2015), com 690 jovens, Florianópolis/SC (entre maio e junho de 2016), com 571 jovens; e Curitiba (em abril de 2016), com 774 jovens, todos com idades entre 13 e 24 anos, de escolas públicas e privadas (do 1º ao 3º ano do ensino médio).

Considerando que a pesquisa “Democracia, mídias e capital social” teve por objetivo identificar o tipo de cultura política e de capital social entre os jovens e sua correlação com os avanços nas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC's), as questões selecionadas do questionário têm foco específico nos assuntos referentes à exposição dos jovens aos casos de corrupção, ao seu interesse por política, à participação política e à confiança nas instituições, que ajudarão a testar as hipóteses desta pesquisa. Como variável independente, se optou pelo tempo que os jovens passam utilizando os dois principais meios de comunicação de sua preferência – a TV e a internet -, que representa o quanto eles ficam expostos às notícias sobre os casos de corrupção.

2. Enquadramento teórico

2.1 Cultura Política e Democracia

Embora a questão da cultura política já estivesse, de alguma forma, presente na obra dos grandes pensadores em diversos períodos da história, como em Platão, Aristóteles, Sólon, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Marx e Webber (SCHIMIDT, 2000; MORAIS, 2017), foi a partir de 1963, com a obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations que* Gabriel Almond e Sidney Verba que o conceito de Cultura Política foi sistematizado como conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema. Nas palavras dos autores:

Empleamos el término cultura por dos razones. En primer lugar, si queremos descubrir las relaciones entre actitudes políticas y no políticas y modelos de desarrollo, debemos separar las primeras de los últimos, aunque la separación entre ellos no sea tan marcada como pudiera sugerir nuestra terminología. Así, el término cultura política se refiere a orientaciones específicamente políticas, posturas relativas al sistema político y sus diferentes elementos, así como actitudes con relación al rol de uno mismo dentro de dicho sistema (ALMOND e VERBA, 1963).

Almond e Verba (1963) criaram um modelo que apresenta três tipos ideais de orientações políticas por eles definidas: paroquial (ou tradicional), submissa (ou sujeita), e participativa, onde o ideal de “cultura cívica” – que garantiria a estabilidade das instituições representativas da democracia - seria uma mescla entre as orientações submissa e participativa, que se configura numa parcela participativa e numa maioria submissa e confiante nas regras do jogo democrático para a seleção das elites políticas governantes.

Segundo Schmidt (2000), embora o conceito de cultura política por eles proposto e a metodologia de emprego de técnicas empíricas de aferição da opinião

pública para sondar a cultura política permanecem válidos e fecundos nas suas linhas gerais, o seu enfoque está ultrapassado, em vista de seus pressupostos políticos e compromissos teóricos.

Além de Schimidt (2000), outros autores direcionam críticas ao modelo de Almond e Verba, como Street (1993) e Rennó (1997) que destacam que os autores não conseguiram deixar clara a relação existente entre cultura política e estrutura política e a tentativa de englobar os níveis micro e macro na análise. Neste sentido, a ideia de Almond e Verba de que a consolidação de um regime político depende da existência de valores condizentes com as instituições desse regime inviabilizaria as transições do autoritarismo para a democracia não se sustentaria.

Já autores como Moisés (2008) e Castro (2014) destacam em suas críticas o fato de Almond e Verba terem utilizado a democracia liberal britânica e norte-americana como modelo ideal de cultura cívica, o que não daria conta da realidade latino-americana, onde a democracia vem sendo construída recentemente. O conceito de cultura cívica proposto Almond e Verba tem um caráter etnocentrista, pois não considera que diferentes culturas políticas são resultantes de experiências históricas distintas (MOISÈS, 2008).

Nas últimas décadas, de acordo com Amorim (2008), tem havido uma valorização da teoria da cultura política dentro da Ciência Política e o método criado por Almond e Verba – com as devidas adequações apontadas pelas críticas – têm se mostrado eficaz na análise das transformações ocorridas na política contemporânea, assim como para tentar explicar a incongruência entre instituições democráticas criadas e os valores e atitudes das populações nos países recém-democratizados.

A perspectiva da cultura política, segundo Morais (2017), deu início a análises sobre o comportamento político, colocando as crenças e os valores dos indivíduos como elementos indispensáveis para a tomada de decisão política. Estudos sobre a cultura política que analisaram as crenças e valores dos grupos sociais tiveram uma expansão no final da década de oitenta, a partir do trabalho de autores como Inglehart (1988 e 2002), Putnam (2005) e Pharr e Putnam (2000).

Inglehart e seus colaboradores, através da pesquisa World Value Survey (WVS) – com a primeira onda iniciada em 1981 -, concluíram que o mundo vem sofrendo um processo de progressiva mudança cultural. Este processo consistiria na modernização pelo o aumento de recursos socioeconômicos que tem gerado

mudanças de valores nas sociedades, que, por sua vez, leva à democratização, ampliando as liberdades civis e políticas (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Inglehart e Wezel (2009), porém, alertam que a democracia genuína não é simplesmente uma máquina que, uma vez ativada, funciona por si só. Segundo os autores, ela depende das pessoas, de suas orientações fortemente enraizadas, e essas orientações é que motivam as pessoas a exigir liberdade e governos responsivos. Lembrando que para Rennó (BRASIL, 2010a), responsividade é quando, em um regime democrático, os governos respondem às demandas dos cidadãos, expressas, principalmente, mas não exclusivamente, por meio do voto; diz respeito aos produtos oferecidos pelo sistema político na forma de políticas públicas e leis e como eles refletem os interesses dos cidadãos. Um governo democrático é responsivo quando implementa políticas que os cidadãos querem (POWEL, 2004). Responsividade refere-se à capacidade de resposta dos políticos e sistemas políticos às demandas por distribuição e redistribuição vindas da sociedade (PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999; STOKES, 1999, 2001).

Na mesma linha de pensamento, Baquero (2004) afirma que a democracia exige uma participação ativa, na medida em que é através da discussão, do interesse e do envolvimento na política que ela pode se fortalecer. É preciso que exista uma noção difundida de cidadania, onde todas as pessoas sejam consideradas parte de uma coletividade para que uma democracia funcione. A história tem mostrado - ao contrário do pensamento conservador que defende a passividade das pessoas - que sem a participação dos cidadãos a democracia perde em legitimidade e em qualidade (BAQUERO, 2004).

Esta concepção de democracia (democracia participativa) surgiu para superar as limitações que os conceitos de democracia trazidos por autores institucionalistas como Schumpeter (democracia minimalista de 1940) e Robert Dahl (democracia poliárquica de 1971), que defendiam que o que define uma democracia é a criação e o controle das instituições democráticas, através da participação e da competição política (democracia representativa) e não a constituição da cidadania ou a qualidade da participação do povo no governo (DAHL, 1997).

Complementar a Inglehart e Welzel (2009), Dalton e Welzel (2014) trazem para o debate a questão da assertividade dos cidadãos com valores de autoexpressão. Pois, segundo os autores, os cidadãos estão desenvolvendo mais estes valores assertivos e de autoexpressão, o que representa o desenvolvimento

de uma postura mais crítica com relação às instituições, o contrário dos valores de lealdade e submissão apresentados por Almond e Verba em seu modelo de cultura cívica. Os autores afirmam que essa alteração na cultura política está ocorrendo também em países em desenvolvimento. Nesse sentido, este TCC ao analisar a constituição de uma cultura política juvenil pode indicar se, no caso brasileiro, está de fato ocorrendo uma mudança de cultura política leal e submissa para assertiva, conforme Dalton e Welzel (2014).

2.1 Cultura Política e Democracia no Brasil

Como lembra Luiz Werneck Vianna (Brasil, 2010b), “nós somos constitucionalmente uma república” e, de acordo com o que diz o parágrafo único do artigo primeiro da Constituição de 1988 - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente -, podemos acreditar que vivemos em uma democracia. Mas se esquecermos a letra fria da carta magna e levarmos a resposta para o campo da realidade concreta, poderíamos perguntar que república e que democracia são estas.

Segundo Gabriel Cohn (BRASIL, 2010b), o Brasil ainda está longe de uma república em um sentido puro. Para o autor a república tem qualificações e formas de sensibilidade social altamente sofisticadas que permitem manter viva uma coisa que a democracia, especialmente em sua versão mínima, negligencia, que é o exercício de virtudes públicas e que estamos ainda em um processo de organização da democracia que não permite tal dimensão da vida pública (BRASIL, 2010b).

De fato, O conceito de democracia para Cohn (BRASIL, 2010b) parece aproximar-se do de Joseph Schumpeter (1984) quando diz que basta ter eleições livres e periódicas, e liberdades básicas que estaremos em uma democracia¹.

Embora parte de nossos representantes, tanto do legislativo quanto do executivo, demonstrem, através de seus atos da vida pública afinidade com o conceito¹ de democracia schumpeteriana e com o dos fundadores da Teoria das

¹ Para Schumpeter (1984), a democracia é tão somente um método de escolha de dirigentes, ela é concorrencial, um método de escolha dos líderes apenas. Porém, este não é, certamente, o modelo de democracia que estava na perspectiva da assembleia constituinte de 1988, pois a participação

Elites - Gaetano Mosca (1992), Vilfredo Pareto (1923) e Robert Michels (1982) - que diz que sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida, o fato é que, no Brasil, estamos em um processo de construção de uma democracia mais abrangente - como pensava Rousseau (2014), enquanto “governo do povo” – uma democracia substantiva, na qual o alcance do equilíbrio econômico e da igualdade social são elementos fundamentais, sendo necessária para tanto a construção de uma cultura política democrática.

Para Avritzer (1995, *apud* SCHMIDT, 2000), não se pode pensar a democratização apenas ou fundamentalmente no nível das instituições – como o fizeram as teorias da transição para a democracia -, mas deve-se necessariamente incluir o mundo da vida, onde se situa a cultura política.

Com relação à cultura política, até a década de 1970 predominou no Brasil a chamada cultura política tradicional, objeto de estudo de autores como Sérgio Buarque de Holanda (1969), Gilberto Freyre (1986), Raimundo Faoro (1975) e Paulo Freire (1992), caracterizada por padrões de autoritarismo, elitismo, estatismo, antiliberalismo, patrimonialismo, corporativismo, personalismo, populismo, apatia, antipartidarismo e anti-institucionalismo, traços presentes ainda hoje (SCHMIDT, 2000).

Diferentemente de países como EUA e Reino Unido, onde surgiu uma elite burguesa treinada na prática parlamentar, no Brasil, constituiu-se - entre a transferência do império colonial português e a independência - uma elite oriunda da burocracia militar e civil, o que levou a uma separação entre o Estado e a sociedade, levando a uma excessiva preeminência do Estado sobre a sociedade, tanto na vida política como na esfera econômica, criando-se uma tradição de mudanças vindas “do alto” em detrimento da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento histórico do país (SCHMIDT, 2000).

A partir da década de oitenta, com o processo de redemocratização do país, pós regime militar, autores como Marcelo Baquero (2001, 2003 e 2011) e José Álvaro Moisés (1995, 2008, 2010 e 2013) desenvolveram pesquisas empíricas a fim de identificar o tipo de cultura política dos brasileiros no novo regime.

direta da sociedade aparece em vários artigos da Constituição, como a iniciativa de lei popular ou a institucionalização dos espaços de participação social, como conselhos e conferências.

De acordo com Moisés (2010) o golpe militar de 1964 e a transição para democracia em 1985 foram especialmente problemáticos, uma vez que a restauração da democracia se deu de forma pactuada entre às elites e restrita à eleição indireta, em despeito das demandas da população que foi às ruas pelas “Diretas Já”. Para o autor a cultura política brasileira é uma cultura política de resignação, com indivíduos ambivalentes, caracterizada pelo clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo.

Segundo Baquero (2004), as adversidades econômicas e sociais pelas quais o Brasil passa incidem diretamente na configuração da cultura política que se institucionaliza. Diz o autor que a possibilidade de uma participação política realmente efetiva e a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática, no país, vem sendo obstaculizada, em sua história, pela presença de formas autoritárias de governo que propiciou a reprodução de valores de distanciamento e apatia, significando padrões atitudinais típicos de sistemas politicamente instáveis (BAQUERO, 2001).

Baquero (2008) tem definido a cultura política do brasileiro como uma cultura política híbrida, que se caracteriza pela internalização e naturalização, por parte dos cidadãos, da ineficiência e da pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa, em que se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e atitudes de apatia e distanciamento das instituições políticas.

Tanto no Brasil como na América Latina, existe, uma incongruência entre o apoio à democracia e a falta de confiança das pessoas nas instituições políticas e essa incongruência é influenciada por uma infinidade de fatores que são internalizados pelo processo de socialização política e que dificultam a formação de uma cultura política democrática (BAQUERO, 2011).

Nas últimas décadas, a presença de crises econômicas e políticas contribuiu para uma crise democrática que vem se manifestando no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos e na desconfiança em relação às instituições democráticas, aos partidos políticos e aos representantes em geral. Observa-se pouca participação política dos cidadãos, um retrato da baixa identificação destes com os mecanismos tradicionais de representação, o que favorece a apatia política .

Baquero (2004) afirma que uma população que precisa encarar problemas imediatos no campo econômico e social e conviver com altos níveis de desigualdade

social e déficit de oportunidades emancipatórias, dificilmente consegue estabelecer uma base sólida de apoio às instituições democráticas. Assim, a baixa qualidade da democracia numa sociedade está diretamente ligada a problemas materiais básicos como transporte, saúde, educação e habitação.

Além disso, a manutenção de relações políticas clientelísticas, baseadas no uso do bem público para o interesse privado e a sensação de impunidade adquirida no convívio diário - através da mídia - com inúmeros casos de corrupção e malversação de recursos públicos favorecem a criação de um clima de incerteza e de confusão que em nada contribuem para a superação de traços históricos da cultura política que impossibilitam uma democracia realmente eficiente e participativa.

2.2 Socialização política

Segundo Berger e Luckmann (2008), socialização é o processo complexo e múltiplo de treino e desenvolvimento individual que conduz ao aprendizado de normas, valores e princípios que regulam uma sociedade.

Em seu livro “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento” os autores propõem a existência de duas fases de socialização: a socialização primária, que seria a socialização na infância, marcada pela influência da família, e socialização secundária, que seria a sequência do processo de socialização, que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2008).

No que diz respeito especificamente à “socialização política”, ela pode ser definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo na infância, influencia na construção do seu papel como ator (significativo ou não) no sistema político e nas crenças, atitudes e opiniões que ele desenvolve em relação à política e às instituições políticas (ALMOND, 1969; ALMOND e POWELL, 1972; BAQUERO, 1998; EASTON e DENNIS, 1969; SCHMIDT, 2001).

É através da socialização política, de acordo com Almond e Powell (1972), que a cultura política se forma, se mantém e se transforma, processo pelo qual as atitudes e valores políticos adquiridos durante a infância são mantidos ou transformados na

fase adulta, influenciando o comportamento político dos indivíduos e definindo o seu papel no sistema político.

Schimidit (2000) destaca que a área de estudo específica da socialização política começou a ser constituída com a obra *Political Socialization*, de Herbert Hyman na década de 1950 e que, no início dos anos 1960, David Easton, Jack Dennis, Robert Hess e outros coordenaram pesquisa que entrevistou mais de 12.000 crianças norte-americanas, impulsionando os estudos sobre o tema e tornando-se a principal referência empírica nas discussões acadêmicas.

A pesquisa coordenada por David Easton e equipe solidificou a concepção iniciada com estudo de Herbert Hyman de - de que a socialização infantil é decisiva na formação política do indivíduo - e trouxe importantes constatações que se tornaram referências em estudos posteriores. São elas: a) o mundo político da criança começa a tomar forma antes mesmo dela entrar na escola elementar, e ele experimenta as mudanças mais rápidas durante estes anos; b) a força do sentimento religioso é transferida para a comunidade política; c) os sentimentos positivos acerca dos pais são transferidos para o Presidente; d) grande parte das crianças já tem opção partidária firmada por volta do 8º ano de estudo (confirmando a posição de Hyman); e) quando completam a escola primária (13 anos), as atitudes e valores políticos básicos das crianças já estão firmemente estabelecidos; f) a partir do ginásio (14 anos), o adolescente aprende bastante sobre a estrutura, as práticas políticas e de governo, mas suas orientações básicas com relação ao regime e à comunidade mudam pouco (EASTON E DENNIS, 1969; APUD SCHIMIDIT, 2000).

Para Hess e Torney (1970), o processo de socialização política tem a capacidade de induzir o indivíduo a se tornar um ator político multifacetado, na medida em que, tornando-se adulto, já está habituado com identificações políticas, valores e crenças que possuem amplos e específicos efeitos no seu comportamento político e que estão relacionados ao processo de aprendizagem pré-adulta. Neste sentido, a premissa da socialização política é que as atitudes e valores políticos que se desenvolvem na infância e adolescência têm um papel significativo nas bases psicológicas de valores políticos da política em uma sociedade.

Em uma perspectiva que é voltada para as consequências da socialização política para o sistema político como um todo, Easton e Dennis (1969) destacam que, NA Ciência Política, é preciso uma teoria política da socialização política – não apenas uma teoria da socialização política. Esta teoria política da socialização

política deve ser capaz de analisar a esfera partidária e a estabilidade sistêmica, em outras palavras, que vincula a socialização política com a manutenção do sistema. Nesta perspectiva o conceito de socialização política focalizada nos indivíduos em particular e como internalizam valores, normas e crenças na constituição de uma cultura política juvenil.

Segundo Almond e Coleman (1969), no processo de socialização política, a transmissão de atitudes políticas pode ocorrer de forma latente, que se dá quando a transmissão de atitudes e orientações políticas é feita de maneira difusa e não programada, ou pode ocorrer de forma manifesta, quando a transmissão é explícita, feita pela família, escola, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, partidos políticos e pares. De acordo com os autores, à medida que o indivíduo amadurece, cresce a taxa de socialização manifesta e reduz-se a socialização latente (Almond e Coleman, 1969).

Schimidit (2000) afirma que a socialização manifesta tem um peso importante no processo de socialização política em qualquer sociedade, mas que é impossível prever de antemão o impacto concreto da transmissão explícita de orientações políticas - nas diversas formas de socialização manifesta, tanto pela mídia, pelos pais, professores, ou partidos políticos -, pois ela não se opera num espaço vazio, e sim num meio social com determinantes específicos e sobre um indivíduo que tem uma história própria e uma certa inserção no meio social. Os efeitos sempre são condicionados pelos variados elementos do meio em que vive o indivíduo.

Para Morais (2017), no passado a socialização política incorporava os valores e expectativas da cultura política por um processo intergeracional, através, principalmente, da família e da escola, mas, na atualidade, isso ocorre de forma híbrida, com as novas tecnologias de informação e comunicação interagindo com estas tradicionais agências socializadoras, sendo que, em muitos casos, podem até se sobrepor a ação comunicativa delas. Neste sentido, a autora destaca que a internet pode colaborar, através da socialização política, para o surgimento de um novo tipo de cultura política juvenil no país.

De acordo com Keil (2004) atualmente grande parte do desinteresse pelo campo político está na ausência ou inadequação da socialização política da criança e do jovem pela família, escola e partidos políticos, impactando na ausência de valores políticos durante a formação do jovem brasileiro. Pesquisas constataram (BAQUERO, 1997; SCHMIDT, 2001; NAZZARI, 2005; BAQUERO e BAQUERO,

2007; BAQUERO e CUNHA, 2010; ROBALLO, 2011, LUCAS, 2003; SILVEIRA e AMORIM, 2005) que uma parcela significativa dos jovens brasileiros não simpatiza com nenhum partido político, não possui interesse na política, não participa e não confia de forma geral nas instituições políticas.

A insatisfação dos jovens, destaca Baquero (2004), impacta negativamente no processo de construção democrática. É necessário, diz o autor, portanto, examinar com cuidado os elementos que entram na formação das representações sociais dos cidadãos a respeito da política, pois eles incidem na configuração da cultura política.

Conforme alguns autores (BAQUERO, 2004; MOISÉS, 2010; SCHIMIDT, 2001), na sociedade contemporânea, os meios de comunicação de massa ao fornecerem um vasto leque de informações políticas, principalmente através dos telejornais, influenciam fortemente na estruturação de opiniões e atitudes políticas dos indivíduos. Desta forma, a cobertura negativa dos acontecimentos políticos - principalmente aqueles relacionados aos casos de corrupção - tem contribuído para reforçar o ceticismo e a apatia dos cidadãos em relação aos políticos e aos partidos políticos de uma forma generalizada.

3. Corrupção e meios de comunicação

3.1 Corrupção

O termo corrupção advém da palavra latina *corruptio*, que traz a ideia de degradação, decomposição, rompimento, presentes no conceito apresentado por Aristóteles, segundo o qual corrupção constitui a mudança que vai de algo ao não-ser desse algo (ARISTÓTELES, 2001). Já no que diz respeito à corrupção como desvirtuamento do ser humano, o filósofo grego refere que o homem é um animal político por natureza, mas à medida que está inserido nesse campo político ele também se corrompe no sentido em que se deixa influenciar pelo poder (ARISTÓTELES, 1991).

Para Robert Klitgaard (1994), “existe corrupção quando um indivíduo coloca ilicitamente interesses pessoais acima dos das pessoas e ideais que está comprometido a servir”. Segundo o autor, os limites da corrupção são difíceis de precisar e dependem das leis e costumes da sociedade a qual se está observando. A corrupção pode se apresentar de muitas formas: pode se dar por atos de comissão ou omissão; envolver promessas ou ameaças; serviços ilícitos ou lícitos, como no abuso de instrumentos de políticas públicas ou procedimentos simples, sendo “trivial ou monumental”; pode se dar na esfera privada ou pública - ou numa interface entre ambas ao mesmo tempo -; pode ser rara, disseminada ou mesmo sistêmica, como no caso de determinados países (KLITGAARD, 1994).

De acordo com Durkheim (2003), a corrupção é normal desde que não represente um processo patológico social. Ela precisa ser combatida e punida, para SE manter dentro de um nível aceitável, pois se sair de controle, pode contribuir para a decadência institucional da sociedade (DURKHEIM, 2003).

De acordo com seu alcance prático na sociedade, segundo Filgueiras (2009), a corrupção pode ser controlada, tolerada ou endêmica. Na corrupção controlada, não há antinomia entre normas morais e prática social, representando uma situação ideal em que valores e necessidades convergem em uma razão prática que mantém a

corrupção sob controle; na corrupção tolerada, está presente a antinomia entre valores e necessidades, em que os atores sociais são capazes de concordar com os valores fundamentais da política, mas, no plano prático, não transformam esses significados morais em uma prática efetiva; e já na corrupção endêmica – que ocorre em situações de rupturas políticas e decadência institucional -, a antinomia entre valores e necessidades desaparece pela ausência de significados morais para a vida social e uma prática predatória, marcada por baixa solidariedade (FILGUEIRAS, 2009).

A definição adotada na atualidade pela imensa maioria dos analistas e por organizações como o Banco Mundial e a Transparência Internacional (2007), organização que se dedica a trabalhar juntamente com governos e cidadãos em todo o planeta para alcançar um mundo livre de corrupção, é “o abuso do poder político para fins privados” (PRAÇA, 2011, p 139). Ou, em outras palavras, o uso indevido do poder público para ganhos privados; ou ainda: o uso inadequado do poder e da autoridade comuns para fins de ganho individual ou grupal a expensas comuns (WARREN, 2004).

De acordo com Mark Warren (2005), este conceito de corrupção, baseado no cargo público, foi desenvolvido com a consolidação do Estado moderno e a profissionalização da administração pública, servindo mais - apesar de sua relevância, tendo em conta o enorme peso da administração nas democracias modernas - para os contextos administrativo e burocrático onde os cargos têm propósitos bem definidos e regras de conduta, por isso carece de uma dimensão política e de uma interface com a teoria política em geral e com a teoria democrática em particular (WARREN, 2005).

Warren, afirma que além dos danos substantivos como a ineficiência, o desvio de fundos públicos, ou as alocações desiguais de direitos, a corrupção também prejudica diretamente os processos democráticos, na medida em que exclui os cidadãos das tomadas de decisões, sendo um tipo específico de privação de poder. Neste sentido, ele definiu a corrupção como um processo de “dupla exclusão” (WARREN, 2005).

Al relacionar la corrupción con la dinámica de inclusión-exclusión, el concepto de corrupción no solamente adquiere fuerza normativa, adquiere además la fuerza explicativa que

permite relacionar el propio concepto con instituciones, prácticas y cultura de la democracia. La inclusión y la exclusión se llevan a la práctica por las relaciones sociales y dentro de ellas, y éstas, a su vez adquieren sus características en contextos de poder (lo cual entiendo como el control sobre los recursos que la gente quiere o necesita) y de reglas normativas (WARREN, 2005, p 115).

Arnold Heidenheimer (1970) propôs uma conceituação da corrupção que se tornou referência para diversos pesquisadores. Ele criou categorias de corrupção com enfoque nos atores sociais. São elas: “corrupção preta” - quando lei e norma social coincidem; “corrupção cinza” - quando os atores avaliam determinado comportamento de forma controversa; e “corrupção branca” - quando a lei reprova, mas a maioria da população ou se mostra tolerante ou sequer reconhece determinado comportamento como moralmente questionável.

Em todo o mundo, existem hoje experimentos de cálculo do grau de corrupção, do volume dos desvios, e do custo que o fenômeno tem para a economia, a sociedade e a credibilidade das instituições políticas. Questões sobre as relações causais entre corrupção, desenvolvimento, cultura política e o perfil das instituições políticas e administrativas, aspectos que até pouco tempo não podiam ser analisados em profundidade, agora estão disponíveis graças às pesquisas quantitativas realizadas (SPECK, 2000).

A maior dificuldade encontrada pelos pesquisadores ao estudar a corrupção é o fato dela ser, por natureza, um fenômeno que ocorre de forma oculta, às escondidas, fora do alcance da visão da sociedade. A tomada de conhecimento dos atos de corrupção se dá pelo seu desvelamento, que ocorre pelas investigações promovidas pelas autoridades ou por denúncias de pessoas que, de alguma forma, testemunharam ou que se encontraram envolvidas em uma atividade corrupta, direta ou indiretamente. Desta forma, segundo Abramo (2005), o fato de não haver como realizar uma medição direta da corrupção – por ela ocorrer de forma oculta -, torna possível que as pesquisas apresentem vieses e controvérsias interpretativas, que pouco esclarecem o seu real alcance na sociedade.

De acordo com Speck (2000), comumente, os estudos que pretendem a quantificação da corrupção têm por base três indicadores diferentes: os escândalos

relatados na mídia, cuja obtenção se dá pelos meios de comunicação; as condenações contabilizadas nas instituições ligadas à esfera penal, fornecidos pelas instituições de investigação e perseguição penal, como a polícia, o Ministério Público ou os tribunais de justiça; e as informações obtidas em pesquisas entre cidadãos, por meio de pesquisas de opinião. Desta forma, a apreciação sobre o grau de corrupção presente em determinado país – levando-se em conta a subjetividade de muitos destes indicadores - afetam, de forma difusa, a percepção sobre a corrupção (SPECK, 2000).

O que é corrupção em uma sociedade pode não ser em outra. A ilegalidade ou a legalidade de um ato depende do país e da cultura em questão. Atividades consideradas naturais em economias capitalistas como fazer investimentos privados, negociar e acumular recursos podem ser consideradas corruptas em um sistema comunista, (KLITGAARD, 1994).

Filgueiras (2008) afirma que a corrupção espelha, sobretudo, uma natureza moral – tomando a moral como valores sociais básicos - dependente dos juízos feitos a respeito da ordem política, principalmente os juízos morais que partem de pessoas relevantes no quadro social. Para ele, a corrupção é, conseqüentemente, um juízo moral, com base no qual consideramos determinada ação política correta ou incorreta.

Dessa forma, quando dizemos, no plano do discurso político, que determinado agente A é desonesto, usou indevidamente os recursos públicos, cometeu uma improbidade administrativa, usou de clientelismo para se eleger ou simplesmente utiliza seu poder para obter alguma vantagem, julgamos que ele cometeu um ato de corrupção (FILGUEIRAS, 2008, p 399).

Pesquisas sobre a percepção da corrupção introduziram dados empíricos quantitativos no debate acadêmico documentando a diferença entre a conceituação “oficial” — codificada em leis e normas — e o julgamento que a população faz do fenômeno da corrupção, demonstrando que a avaliação percorre um contínuo de cenários considerados unanimemente corruptos, passando por situações “duvidáveis” e chegando a comportamentos considerados não corruptos pela maioria, confirmando a tese de Heidenheimer (1970) sobre a corrupção “preta”, “cinza” e “branca” (SPECK, 2000). Essa conceptualização de corrupção é importante

para este trabalho, pois aponta que a corrupção não é algo fixo, mas que depende da legislação e da cultura de cada país e, além disso, a intensidade da corrupção depende também da cobertura midiática. Nesse sentido, faz-se necessário compreender um pouco da corrupção no Brasil.

3.2 Corrupção no Brasil

O povo brasileiro convive cotidianamente com a corrupção através de sua exposição feita pela mídia. Casos de malversação de dinheiro público por agentes políticos ou por funcionários que deveriam prezar pelo bom funcionamento das instituições e acabam utilizando o controle de suas engrenagens para ganhos particulares são divulgados diariamente em telejornais, jornais impressos, revistas, rádios e por sites na internet. Esta convivência com a corrupção e com a percepção da impunidade ou da pouca severidade das punições aos corruptos – quando chegam a ser condenados - se traduz em uma naturalização que é consequentemente prejudicial à democracia.

O tema da corrupção não é algo recente no cenário político brasileiro, ele esteve presente no debate político e no discurso das forças políticas em diferentes momentos da nossa história – notadamente nas rupturas de regimes, como a revolução de 1930, o golpe de 1964 e na transição da ditadura para a democracia no início dos anos 1980 (CARVALHO, 2008). Diversos autores já se aventuraram a tentar explicar a questão da corrupção sob a ótica de um desenvolvimento da história, como Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta.

De acordo com Faoro (2000), a corrupção faz parte de um cotidiano de nossa constituição histórica que é resultado do patrimonialismo herdado de nossa colonização portuguesa, que deixou sua marca na formação do Estado. A corrupção, segundo o autor, seria a marca fundamental de uma sociedade cuja relação com o Estado é constituída pelo clientelismo, patronagem, patriarcalismo e nepotismo (FAORO, 2000).

Para Holanda (1969), o problema da corrupção também teria origem na herança deixada pelo mundo ibérico, mas estaria ligado mais a uma questão cultural. Ele explica a corrupção pela formação do caráter do brasileiro e sua natural

desonestidade, seu senso de irresponsabilidade e indolência, sua cultura da cordialidade, incapaz de assimilar regras formais e marcada pela inaptidão para construir uma ordem pública e também uma democracia (HOLANDA, 1969).

Da Matta (1980), da mesma forma que Holanda, atribui o problema da corrupção ao caráter do brasileiro que teria a malandragem, o jeitinho e a busca desenfreada por vantagens como condicionantes, e que respeitaria a um processo moral definido no plano de uma cultura da personalidade. Estas características da personalidade do brasileiro, que resultariam na corrupção, representam estratégias de sobrevivência em meio a uma moralidade social marcada pela distinção (DAMATTA, 1980).

Estas abordagens sobre a origem da corrupção são criticadas por Filgueiras (2009). Ele afirma que, ao se centrarem no caráter do brasileiro - seja o da cordialidade, o da malandragem ou o da busca estratégica por privilégios -, essas abordagens não compreendem a corrupção por seu real alcance no plano da sociedade, não atentando para os processos mais amplos de configuração de uma sociologia política da corrupção no Brasil (FILGUEIRAS, 2009). Desta forma:

a análise da corrupção no Brasil, portanto, demanda a construção de mecanismos analíticos capazes de compreender e incorporar essa natureza antinômica da corrupção na política brasileira, capaz de explicar porque o brasileiro tolera a corrupção. A corrupção não está relacionada ao caráter do brasileiro, mas a uma construção social que permite que ela seja tolerada como prática (FILGUEIRAS, 2009, p 394).

Consoante a essa ideia, há a afirmação de Bourdieu (1996) de que a moral política não está inscrita na natureza humana. Ele argumenta que apenas uma “real política da razão e da moral” pode contribuir para implementar a instauração de um universo no qual todos os agentes e seus atos estariam submetidos - especialmente pela crítica - a uma espécie de teste de “universalizabilidade” permanente, instituído praticamente na própria lógica do campo político. (BOURDIEU, 1996).

Segundo o Índice de Percepções da Corrupção (IPCorr) - índice utilizado pela Transparência Internacional -, no ano de 2000, o Brasil (3,9) ocupava a sétima posição entre os países considerados mais corruptos da América Latina, ficando

atrás de Argentina (3,5), México (3,3), Colômbia (3,2), Bolívia (2,7), Venezuela (2,7) e Equador (2,6) – os mais corruptos -; e a frente de El Salvador (4,1), Peru (4,4), Costa Rica (5,4) e Chile (7,4) – os menos corruptos.

O Índice de Percepções da Corrupção classifica cada país com um valor único, em uma escala que vai de zero (“absolutamente corrupto”) a 10 (“absolutamente íntegro”). Os números são atualizados anualmente. Segundo Speck (2000), um dos pontos fortes do IPCorr é a inclusão, num só índice, de um grande número de fontes, para se aumentar a confiabilidade dos dados e elevar o número de países abordados na avaliação. Desta forma, somente países com dados disponíveis em, no mínimo, três fontes são incluídos no índice final, por isso nem todos os países da América latina aparecem no escore do IPCorr de 2000.

Abramo (2005) faz uma crítica ao IPCorr dizendo, entre outras coisas, que o índice permite inclinações ideológicas e que há uma imprecisão estatística dada por uma escala de 0 a 10 com intervalos de confiança que podem chegar a 2. (ABRAMO, 2005, p. 34-35)

As críticas de Abramo (2005) também indicam uma vulnerabilidade do conceito de percepção, já que pode ser compreendida por algo que é suscetível à exposição feita pela mídia. Como o IPCorr não significa uma medida direta do fenômeno empírico, mas uma medida indireta que não permite uma conclusão a respeito da corrupção existente em determinado país, é preciso adotar cautela com relação ao conceito de percepção utilizado (ABRAMO, 2005).

Estudo realizado por Filgueiras (2009), com um tratamento segue um recorte na dimensão da cultura política, encontrou dados que levam a conclusão de que a corrupção no Brasil está ligada a atos ilícitos praticados por funcionários públicos, não percebendo a possibilidade de a corrupção poder ser praticada na dimensão privada. Assim, a cultura política vincula o tema da corrupção ao tema do Estado, sem perceber a corrupção que é praticada na dimensão da sociedade.

Os dados da pesquisa de Filgueiras (2009) sobre a percepção da corrupção dos brasileiros corroboram com os encontrados por Baquero (2011), Moisés (2008) E Castro (2014), pois apontam para o fato de que a democratização brasileira ainda carece de efetivação de princípios e valores fundamentais que alicercem uma cultura política democrática (FILGUEIRAS, 2009).

Filgueiras (2009) enfatiza que a tolerância à corrupção no Brasil, assim como nas sociedades contemporâneas, pode ser explicada a partir da antinomia² existente entre moralidade e prática social, que pode ser compreendida pela antinomia entre juízos de valor e juízos de necessidade.

A antinomia entre normas morais e prática social cria um contexto de tolerância à corrupção que explica o fato de atores, consensualmente, concordarem com a importância de valores fundamentais como respeito, honestidade, decoro e virtudes políticas, mas, ao mesmo tempo, concordarem que, na política, um pouco de desonestidade pode cumprir uma função importante. (FILGUEIRAS, 2009, p 403).

Os avanços das reformas da máquina pública, nas duas últimas décadas, no que diz respeito ao combate à corrupção, são inegáveis, com o reforço da transparência, mas é essencial reforçar os elementos de uma cultura política democrática que tenha no cidadão comum o centro de especulação teórica e prática para uma democratização informal da democracia brasileira.

É importante ressaltar que a percepção da corrupção pode ser alterada pelo modo como ela se torna aparente nos meios de comunicação. Além disso, Speck (2000) destaca que governos, muitas vezes, justificam um suposto aumento da corrupção pelo modo como ela é desvelada pela mídia e sua influência na opinião pública.

3.3 Mídia

Theodor Adorno e Max Horkheimer, em seu livro *Dialética do Esclarecimento*, de 1942, se propuseram a descobrir por que razão a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, estava se afundando em uma nova espécie de barbárie. Eles constataram que o aumento da produtividade econômica – que poderia produzir as condições para um mundo mais justo - conferia ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlavam uma superioridade imensa sobre o resto da população (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). O aparelho técnico, que

² Contradição entre duas proposições filosóficas - entre quaisquer princípios, doutrinas ou prescrições - igualmente críveis, lógicas ou coerentes, mas que chegam a conclusões diametralmente opostas.

promovia o desenvolvimento da indústria cultural, era composto por veículos como a imprensa, o cinema o rádio e a televisão, um conjunto de meios de comunicação de massa que hoje, juntamente com a internet, chamamos, no Brasil, de mídia.

Schmidt (2000) destaca que ápice do advento dos meios de comunicação de massa foi atingido com a aparição dos meios eletrônicos de comunicação, principalmente com a TV, sendo um fenômeno do século XX, e que eles alteraram o processo tradicional de socialização. Foi a partir da década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, que a mídia eletrônica passou a ser considerada uma agência socializadora relevante, enquanto que nos países periféricos do capitalismo sua aparição se processou principalmente a partir da década de 1980 (SCHIMIDT, 2000).

A palavra mídia começou a ser amplamente utilizada partir da década de 1990 nas pesquisas em Comunicação no Brasil, sendo empregada, em muitas das publicações especializadas – principalmente em estudos que relacionam os campos da Comunicação e da Política, e da Comunicação e Economia -, no mesmo sentido de imprensa, jornalismo, meio de comunicação (GUZINA, 2007).

Foi a partir das análises sobre as eleições presidenciais de 1989, com o fenômeno Collor de Mello, que as pesquisas brasileiras que construíram a subtemática Comunicação e Política tiveram seu ponto de inflexão e que diversos campos do conhecimento passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro (RUBIM e AZEVEDO, 1998).

Guzina (2007) destaca que foi necessário recuperar a inter-relação teórica convergente entre as perspectivas da Comunicação, Sociologia, Ciência Política e, até mesmo, Psicologia Social para dar conta da novidade e que foi a partir destes estudos multidisciplinares que a palavra mídia começou a ser empregada em análises que pretendiam explicar o poder institucional e de representação dos meios de comunicação no mundo político contemporâneo.

Azevedo (2006) descreve em seu artigo “Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político” algumas das características do nosso sistema de mídia que considera imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da

grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes.

O autor lembra ainda o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais e a centralidade e hegemonia da televisão em nosso sistema de mídia que se somam, no campo político, aos ciclos autoritários, ao retorno relativamente recente da democracia e da liberdade de imprensa e à atual presença de um pluralismo polarizado (AZEVEDO, 2006).

A mídia influencia os mais diversos âmbitos da vida social, em especial a televisão, que segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), é o meio de comunicação preferido pelos brasileiros (63%).

De acordo com Postman (1999), a televisão é responsável pelo surgimento do “adulto-criança”, um novo indivíduo diferente da antiga concepção que distinguia crianças e adultos. Não requerendo treinamento para apreender sua forma, nem fazendo exigências complexas à mente ou ao comportamento e não segregando seu público, a televisão destrói a linha divisória entre a infância e a idade adulta (POSTMAN, 1999).

Victor Strasburger (1999), em uma síntese dos resultados de pesquisas sobre os efeitos da televisão na vida dos adolescentes americanos verificou que a grande maioria das investigações obteve resultados conclusivos sobre a influência efetiva do aparato midiático nas atitudes e comportamentos dos adolescentes em áreas como a violência, a sexualidade, as drogas, a alimentação e a música. Segundo o autor, esta influência apenas 10% pós-socialmente útil e 90% é potencialmente prejudicial. Numa sociedade em que as pessoas jovens passam mais tempo diante da TV do que fazendo qualquer outra atividade, a não ser dormir, isso é, sem dúvida, um grande problema. Crianças assistem em média 23 horas e os adolescentes 22 horas de TV por semana, chegando a 55 horas quando acrescentadas as horas diante do computador (STRASBURGER, 1999, *apud* SCHMIDT, 2000).

Morais (2017) destaca que os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação, em especial da internet, na opinião pública vêm ganhando espaço no campo da ciência política. A internet é hoje o segundo meio de comunicação na preferência dos brasileiros (26%), tendo dobrado o seu percentual em apenas 2 anos – em 2014 era de 13% - (PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2016).

Segundo Castells (2003), a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, sobre o qual se baseia uma

nova forma de sociedade: a sociedade em rede. A internet contribui para a formação de redes sociais que se materializam em comunidades virtuais, que no caso dos jovens - uma faixa etária extremamente interativa, com muita facilidade de se apropriar de novas tecnologias e novos espaços de interação virtual - torna-se uma mídia com rápida expansão, e, da mesma forma que a televisão, pode promover a identidade cultural deles, contribuindo para o processo de construção de valores sociais (MORAIS, 2017).

O impacto dos meios de comunicação tem sido avaliado sob o ângulo de sua influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político no que diz respeito ao terreno específico da socialização política (SCHMIDT, 2000). Algumas vezes os resultados apontam que a mídia tem um poder educativo imenso, sendo responsável tanto pelo incremento do nível de informação dos cidadãos acerca do mundo, bem como pelo do cinismo, apatia e desinteresse a respeito da política, enquanto em outros trabalhos os resultados demonstram que o poder da mídia é reduzido, mostrando que o nível de conhecimento político de massa não melhorou nas últimas décadas, apesar da intensificação do acesso aos meios de comunicação (SCHMIDT, 2000).

Baquero (2004, p 133) acredita que, no Brasil, os meios de comunicação têm “alimentado um cinismo de uma cidadania cínica por razões históricas”, na medida em que promovem a desvalorização da política, pelo conteúdo negativo dos noticiários, centrados no sensacionalismo, mais orientados para a exploração do conflito e não da substância. Verifica-se, em muitos casos, uma inconsistência na forma como as informações são divulgadas pelos meios de comunicação, como quando se explora o medo e o temor das pessoas ao informar que a criminalidade aumentou, quando, na verdade, as estatísticas mostram o contrário (BAQUERO, 2004).

Concorda-se com Baquero e compreende-se que a exposição da corrupção feita pela mídia impacta na socialização política dos jovens, que passam boa parte de seu dia assistindo TV ou conectados na internet. Por isso, este TCC busca analisar de que forma a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado na constituição de uma cultura política dos jovens, representado um fator de atração ou repulsão aos assuntos da vida política.

4. Análise dos dados

O objetivo central deste trabalho é analisar de que forma a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado na constituição de uma cultura política dos jovens do sul do Brasil, representado um fator de atração ou repulsão aos assuntos da vida política. Para isso, serão utilizados os dados da pesquisa empírica “Democracia, mídias e capital social”, realizada pelo Nupesal/UFRGS. A pesquisa foi aplicada entre os anos de 2015 e 2016, em Porto Alegre/RS (2015), Florianópolis/SC e Curitiba/PR (2016). A metodologia utilizada é a quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo survey. Foram entrevistados 2.035 estudantes com idades entre 13 e 24 anos, do 1º ao 3º ano do ensino médio, de escolas públicas e privadas.

Os dados da pesquisa com relação ao uso da TV e da internet pelos jovens entrevistados corroboram com os de Strasburger (1999), que afirma que o tempo de utilização chega a 55 horas por semana considerando ambos os meios, assim como com os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) - cujos 19% da amostra eram de jovens entre 16 e 24 anos -, que aponta que 77% das pessoas assiste TV todos os dias, sete dias por semana, e 50% fazem uso da internet da mesma forma. Tendo em vista que estes são os meios de comunicação preferidos entre os jovens - conforme demonstra a tabela 1 – e que é através deles que a sociedade toma conhecimento sobre os casos de corrupção no âmbito do poder público, utilizou-se como variável independente para analisar os efeitos da exposição à corrupção na cultura política dos jovens o tempo que eles utilizam tais meios diariamente. A média geral em Porto Alegre foi de 3 horas para utilização da TV e 9 horas para internet; em Florianópolis foi de 2 horas para TV e 9 horas para internet; e em Curitiba foi de 3 horas para TV e 10 horas para internet. Porém optou-se neste trabalho pela divisão em 3 horas de utilização, de 3 a 5 horas de utilização e mais de 5 horas de utilização, tanto para TV quanto para internet, considerando conjuntamente os percentuais de jovens das 3 capitais.

Tabela 1 Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? (%)

	TV	Rádio	Internet	Jornal Impresso ou Revista
Sempre	22,9	4,7	52,2	12,1
às vezes	53,4	39,1	32,7	47,8
Nunca	23,8	56,2	10,1	40,1
Total	100	100	100	100

Fonte: Nupesal, 2016

Os dados do Nupesal (2016) quanto à prioridade de preferência da TV e internet difere dos encontrados pela Pesquisa Brasileira de Mídia (2016). Enquanto nesta os dados nacionais, da população em geral, a TV ocupa o primeiro lugar, com 63% da preferência e a internet 26%, entre os jovens do sul do Brasil a internet já se tornou o veículo de comunicação de primeira preferência, sendo considerada por eles uma das instituições mais importantes na hora de formar sua opinião sobre assuntos políticos, ficando em segundo lugar (19,5%) como a primeira mais importante - atrás apenas da família (39,7%) – e em primeiro lugar (24,5%) como a segunda mais importante, conforme pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2 - Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Em primeiro e em segundo lugar. (%)

	1º	2º
Família	39,7	15
Igreja	3	6,4
Escola	17,9	17,6
Amizades	2,7	9,7
Televisão	9,2	13
Rádio	0,8	3,3
Jornal	7,2	10,5
Internet	19,5	24,5
Total	100	100

Fonte: Nupesal, 2016

Entre os objetivos específicos deste trabalho estão identificar o grau de interesse dos jovens pela atividade política, verificar o nível de confiabilidade das instituições políticas entre eles e analisar de que forma eles estão expostos às notícias sobre corrupção. Para alcançá-los, foram feitos cruzamentos entre as variáveis independentes (tempo de uso da internet e da TV) e questões que exploram a opinião dos entrevistados sobre o interesse em assuntos políticos, em participação em atividades políticas, bem como a confiança em algumas das principais instituições do país responsáveis pela manutenção da democracia.

Considerando primeiramente o terceiro objetivo listado, tem-se um bom indicador do quanto os jovens estão expostos às notícias sobre corrupção através da mídia – majoritariamente a TV e a internet – ao analisar as suas respostas frente à seguinte proposição: Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em política, políticos e partidos políticos (NUPESAL, 2016). As palavras que mais apareceram para “política” foram corrupção (459 vezes) e roubo (93 vezes); para “políticos”, foram corruptos (440 vezes) e corrupção (372 vezes); e também para “partidos políticos”, as palavras corrupção (167 vezes) e corruptos (95 vezes). Outras palavras que denotam a imagem negativa da política e de seus agentes, perante a juventude, vem logo em seguida, como as mais citadas. Ladrões (214 vezes para “políticos” e 55 para “partidos políticos”), ladrão (52 vezes para “políticos”), além de mentirosos (41 vezes), quadrilha (36 vezes) e máfia (21 vezes) para “partidos políticos”. O número de vezes que estas palavras foram citadas é um dado importante, pois a média geral de citações de todas as palavras é em torno de uma ou duas citações, ou seja: enquanto a maioria das palavras foi citada uma única vez entre os 2035 entrevistados, a palavra corrupção foi citada 459 vezes. A única palavra que também merece destaque, por ter sido citada 50 vezes quando perguntado sobre “política”, que não tem um significado pejorativo é a palavra democracia.

Quando perguntados sobre afirmação de que todos os políticos são corruptos, as respostas apontam para uma divisão proporcional entre as respostas “concordo” e “discordo”, ficando a maioria dos jovens com a resposta “concordo em parte” com a afirmação.

Tabela 3 - Todos os políticos são corruptos. (%)

Concordo	21,8
Concordo em Parte	56,1
Discordo	22,1
Total	100

Fonte: Nupesal, 2016

Se considerarmos conjuntamente as respostas “concordo” e “concordo em parte”, podemos entender que 78% dos jovens têm a opinião de que os políticos (em sua maioria) são corruptos, indo ao encontro do resultado obtido nas respostas à proposição apresentada anteriormente, uma visão que é difundida através dos meios de comunicação, em especial a TV, na medida em que promove a desvalorização da política, pelo conteúdo negativo dos noticiários (BAQUERO, 2004).

Ao verificar que os jovens passam muitas horas do seu dia assistindo TV e conectados na internet, e que estes percebem a política como algo negativo, relaciona-se a exposição aos conteúdos sobre corrupção e o baixo interesse por política, a baixa confiança nas instituições políticas e a baixa participação política nas seções a seguir.

4.1 Interesse e participação

Para identificar o impacto da exposição aos casos de corrupção sobre o de interesse dos jovens pela atividade política foi realizado o cruzamento do tempo que os jovens passam utilizando a internet e a TV com a questão sobre seu interesse por política e participação política.

Considerando que o uso da expressão “participação política”, na Ciência Política, é geralmente aplicada para designar diversas atividades, entre as quais a militância em partidos políticos, a participação em manifestações e em agremiações políticas (SANI,1986), foram selecionadas questões que versam sobre estes três tipos de participação, bem como sobre o interesse por política, apresentadas nas tabelas a seguir.

Tabela 4 - horas de TV X interesse por política (%)

	Muito	Pouco	Nenhum interesse	Total
até 3h	24,60	59,50	15,90	100,00
3h e 5h	17,60	61,30	21,10	100,00
mais de 5h	8,80	63,20	28,00	100,00

n 2035/p < ,000

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 5 - horas de internet X interesse por política (%)

	Muito	Pouco	Nenhum interesse	Total
até 3h	23,50	56,00	20,40	100,00
3h e 5h	27,50	58,10	14,40	100,00
mais de 5h	19,70	62,80	17,60	100,00

n 2035/p < ,006

Fonte: Nupesal, 2016

As tabelas 4 e 5 indicam que, de um modo geral, os jovens apresentam pouco interesse por política (em média 60% dos jovens), seja para os que usam a TV ou a internet, tendo um leve aumento no percentual de conforme aumenta o tempo de uso destes meios. Porém, com relação às faixas de “muito interesse” e “nenhum interesse” por política, podemos observar que quanto menor o tempo de utilização da tv maior o percentual de interessados em política, em uma relação inversamente proporcional. Já no que diz respeito ao tempo de uso da internet nestas duas faixas, não se observa tal relação, havendo um aumento do percentual de interesse de 4% de “menos de 3 horas de uso” para o “uso entre 3 e 5 horas” e uma redução de 7,8% para os que fazem uso da internet por mais de 5 horas.

As tabelas 6 e 7 apresentam o percentual de participação dos jovens em partidos políticos em função do tempo do uso da tv e da internet respectivamente.

Tabela 6 - horas de TV X participação em Partidos Políticos (%)

	Participo	Já participei	Não participo	Total
até 3h	0,80	1,00	98,10	100,00
3h e 5h	1,10	1,40	97,50	100,00
mais de 5h	2,20	2,20	95,50	100,00

n 2035/p < , 250

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 7 - horas de internet X participação em Partidos Políticos (%)

	Participo	Já participei	Não participo	Total
até 3h	1,70	1,10	97,20	100,00
3h e 5h		1,70	98,30	100,00
mais de 5h	0,90	1,10	98,00	100,00

n 2035/p < ,176

Fonte: Nupesal, 2016

Os dados das tabelas 6 e 7 condizem com o pouco interesse da maioria dos jovens por política. A quase totalidade dos jovens não participa de partidos políticos, ficando o percentual entre 95,5% e 98,1% para as três faixas de tempo de uso tanto da TV quanto da internet, porém o percentual daqueles que participam ou já participaram, para o uso de tempo de TV apresenta um comportamento inverso ao da tabela 4, tendo uma tendência ao aumento do número de participantes conforme se eleva o tempo de uso da TV, representando uma relação diretamente proporcional. Já para o tempo de uso da internet não se observa relação direta ou inversa, tendo, por exemplo, o mesmo percentual de jovens que já participaram de partidos políticos na faixa de uso de até 3 horas para os que usam por mais de 5 horas, assim como não registrando nenhum jovem que participa de partido político na faixa de uso entre 3 e 5 horas de internet.

Com relação a participação em manifestações, protestos e passeatas, observa-se um aumento no percentual de participação em ambos os meios de comunicação nas três faixas de tempo de utilização.

Tabela 8 - horas de TV X participação em manifestações, protestos, passeatas (%)

	Participo	Já participei	Não participo	Total
até 3h	12,50	30,70	56,90	100,00
3h e 5h	10,10	28,30	61,60	100,00
mais de 5h	7,60	25,10	67,30	100,00

n 2035/p < ,063

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 9 - horas de internet X participação em manifestações, protestos, passeatas (%)

	Participo	Já participei	Não participo	Total
até 3h	10,20	29,00	60,80	100,00
3h e 5h	13,10	31,80	55,10	100,00
mais de 5h	12,00	29,90	58,10	100,00

n 2035/p <, 514

Fonte: Nupesal, 2016

A tendência entre os jovens à maior participação política nas modalidades de participação vinculadas à demonstração de insatisfação com o poder público, diferentes das tradicionais instâncias de representação, como os partidos políticos, pode estar relacionada à dificuldade destes canais de representação política em articular os interesses dos distintos grupos sociais presentes na sociedade brasileira, bem como às frequentes notícias de casos de corrupção nos quais se encontram envolvidos muitos partidos, o que vem gerando um distanciamento e uma avaliação negativa da população em relação às tradicionais instituições políticas (BAQUERO, 1998, 2001).

Mesmo com este aumento com relação à participação em manifestações, protestos e passeatas frente à participação em partidos políticos, o percentual ainda

é baixo, ficando em torno de 40% de modo geral. A tendência da tabela 8 apresenta correlação com a tabela 4, sobre o interesse em política, apresentando um aumento do percentual de participantes conforme diminui o tempo de utilização da TV. Da mesma forma, a tabela 9 também é congruente com a tabela 5, com o maior percentual de participação (44,9%) – considerando os que participam ou que já participaram – na faixa de utilização da internet entre 3 e 5 horas.

A tendência de baixa participação também se confirma quando cruzados os tempos de utilização da tv e da internet com a participação no grêmio estudantil, como pode ser observado nas tabelas 10 e 11.

Tabela 10 - horas de TV X participação em grêmio estudantil (%)

	Sim	Não	Total
até 3h	11,50	88,50	100,00
3h e 5h	12,50	87,50	100,00
mais de 5h	10,60	89,40	100,00

n 2035/p <, 920

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 11 - horas de internet X participação em grêmio estudantil (%)

	Sim	Não	Total
até 3h	12,20	87,80	100,00
3h e 5h	9,60	90,40	100,00
mais de 5h	11,80	88,20	100,00

n 2035/p <, 785

Fonte: Nupesal, 2016

Ao contrário da tendência encontra nas tabelas 4 e 8 para o tempo de uso da TV, na tabela 10 o maior percentual de participação foi encontrado na faixa de

utilização entre 3 e 5 horas, não se observando qualquer relação de proporcionalidade. Também para o tempo de uso da internet, tabela 11, foi encontrado um resultado inverso ao observado nas tabelas 5 e 9, tendo ficado o menor percentual de participação em grêmios estudantis na faixa de utilização de internet entre 3 e 5 horas.

Apesar de não se encontrar um impacto significativo entre o tempo de uso da TV e da internet no interesse por política dos jovens no Sul do Brasil, percebe-se que há um baixo interesse, e que os jovens tendem a não participar das instituições políticas. No entanto, pode-se perceber que os jovens vêm apresentando cada vez menos interesse em participarem da arena política, mesmo com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, que poderiam ser estimuladores de interesse político, mas que, no entanto, parecem agravar o sentimento negativo em relação à política.

4.2 Confiança

Existem inúmeros entendimentos acerca do significado do termo confiança, mas usualmente se considera que confiança é a crença de um indivíduo na ação futura das pessoas e/ou instituições, tendo como referência suas atuações passadas. É o repertório de cumprimento (ou não) das suas funções normativas que constituirá a intensidade da confiança a ser depositada (MOISÉS, 2005).

Para avaliar como a exposição da corrupção pela mídia tem afetado a confiança dos jovens nas instituições, foram selecionadas questões referentes aos partidos políticos, à presidência da república e ao poder judiciário, por serem três instituições representativas do ponto de vista do funcionamento e da manutenção da democracia e que têm seus agentes envolvidos diretamente nos processos relacionados aos casos de corrupção.

Tabela 12 - horas de TV X confiança nos partidos políticos (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	0,40	27,30	72,30	100,00
3h e 5h	0,40	26,00	73,70	100,00
mais de 5h	1,60	26,90	71,40	100,00

n 2035/p <, 266

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 13 - horas de internet X confiança nos partidos políticos (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	0,80	27,30	71,90	100,00
3h e 5h		31,50	68,50	100,00
mais de 5h	0,50	25,60	73,90	100,00

n 2035/p <, 190

Fonte: Nupesal, 2016

A tabela 12 demonstra que, em todas as faixas de tempo de uso da TV, mais de 70% dos jovens não confia nos partidos políticos, sendo que o percentual dos que confiam pouco se altera com o aumento do tempo de uso da TV, mantendo-se abaixo de 1,6%. Quanto aos valores percentuais da confiança nos partidos políticos encontrados para o tempo de uso da internet, na tabela 13, temos também uma baixa confiança, que não ultrapassa 0,8% para o uso da internet de até 3 horas e mais de 5 horas, e não apresentando nenhum ponto percentual para a faixa entre 3 e 5 horas de uso da internet. Os percentuais para o uso da tv e da internet mantêm valores muito aproximados para a falta de confiança nos partidos políticos, mantendo-se próximo aos 70%.

Os percentuais para a confiança nos partidos políticos estão próximos aos da confiança no presidente da república, ficando pouco abaixo dos 70%, não apresentando diferença significativa entre os tempos de uso da TV e da internet, em qualquer faixa de tempo. Embora os percentuais dos entrevistados que confiam no presidente, nas três faixas de tempo de uso tanto da tv quanto da internet, sejam de 3 a 4 vezes maiores do que os percentuais dos que confiam nos partidos políticos,

ainda assim os valores são muito baixos, não ultrapassando 3,6%, sendo que também não há diferença significativa entre as faixas de tempo. O maior percentual de confiança para o uso da TV ficou na faixa de tempo acima de 5h (3,4%) enquanto que para a internet ficou em até 3h de uso (3,6%), representando uma relação inversa entre o tempo de uso dos meios de comunicação. Entre os que confiam no presidente, observa-se um aumento do percentual conforme aumenta o tempo de uso da internet, não havendo esta relação no caso do tempo de uso da TV.

Tabela 14 - horas de TV X confiança no presidente (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	2,70	30,00	67,30	100,00
3h e 5h	2,20	30,70	67,10	100,00
mais de 5h	3,40	29,10	67,60	100,00

n 2035/p <, 954

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 15 - horas de internet X confiança no presidente (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	3,60	29,30	67,10	100,00
3h e 5h	3,10	33,30	63,60	100,00
mais de 5h	2,20	29,20	68,60	100,00

n 2035/p <, 265

Fonte: Nupesal, 2016

Com relação à confiança no judiciário, podemos observar a predominância dos jovens que responderam que confiam mais ou menos (acima de 51%), bem como um menor percentual dos que não confiam no judiciário comparando-se com os partidos políticos e presidente da república, ficando entre 30,8% e 36,8% nas três faixas de tempo de uso tanto da TV quanto da internet, como pode ser visto nas tabelas 16 e 17 abaixo.

Tabela 16 - horas de TV X confiança no Judiciário (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	12,30	52,10	35,50	100,00
3h e 5h	11,10	58,10	30,80	100,00
mais de 5h	14,10	52,00	33,90	100,00

n 2035/p <, 414

Fonte: Nupesal, 2016

Tabela 17 - horas de internet X confiança no judiciário (%)

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio	Total
até 3h	12,20	51,00	36,80	100,00
3h e 5h	13,40	55,50	31,00	100,00
mais de 5h	11,90	53,00	35,00	100,00

n 2035/p <, 558

Fonte: Nupesal, 2016

O percentual de jovens que confia no judiciário ficou entre 11,1% e 14,1% para os tempos de uso da TV e internet, sendo valores cerca de 3 a 4 vezes maiores que os encontrados para a confiança no presidente e chegando a 16 vezes aos encontrados para os partidos políticos. Somados os jovens que confiam com os que confiam mais ou menos, temos, para o judiciário, percentuais de quase 70%, em média, enquanto que para os partidos políticos e presidente não chegam a 34%.

De forma geral, o jovem do Sul do Brasil não confia nas instituições políticas, por isso não apresenta interesse pela política. A exposição diária que a mídia faz dos escândalos de corrupção corroboram para essa baixa confiança, que já é um aspecto enraizado na cultura política brasileira, conforme Moisés (2013).

Com base na pesquisa do Nupesal (2016), referente à afirmação de que “não adianta participar da política, pois nunca muda” - com um resultado de 49,2% do total de jovens que discordam da afirmação - e para a afirmação de que “a participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país” - com um total de 2,6% que discorda -, verifica-se que existe entre praticamente a metade

dos jovens uma descrença com relação à participação política, mas que a maioria deles acredita que outras formas de participação – consideradas fora do campo da política – são importantes para a democracia.

5. Conclusão

A corrupção no Brasil iniciou com a chegada das caravelas portuguesas na costa da Bahia, no ano de 1.500, e continuou existindo durante o período colonial, na república (FAORO, 2000; HOLANDA,1969; DAMATTA,1980) e continua marcando sua presença na atualidade. No período pós-ditadura a democracia brasileira começou a ser posta à prova. O primeiro presidente eleito diretamente pelo sufrágio universal após 25 anos de autoritarismo foi investigado por corrupção; anos depois, um escândalo de corrupção ligado ao processo orçamentário – os “anões do orçamento” em 1993/1994 -, foi seguido por tantos outros, como o caso dos “sanguessugas”, em 2005/2006, e o do “Mensalão” – ocorrido no mesmo período -, saltando para as páginas de jornais e para os noticiários televisivos. Mas nenhum outro escândalo do período obteve tanta repercussão quando o caso de corrupção da Petrobrás desvelado pela operação Lava Jato, que teve o seu auge nos anos de 2015 e 2016 e que está em andamento ainda nos dia de hoje, fomentando o clima de insatisfação entre uma população cuja cultura política é uma cultura de resignação - em que impera o desinteresse, a falta de participação e a desconfiança nas instituições políticas (BAQUERO, 2004).

Neste sentido buscou-se compreender neste trabalho – pela fundamentação nos estudos sobre cultura política - as formas como estes aspectos da cultura política do brasileiro são interiorizados a partir da juventude, considerando o alcance que os meios de comunicação de massa têm entre os jovens em idade escolar e a ampla divulgação dos escândalos envolvendo os agentes políticos.

A partir da análise do cruzamento do tempo em que os jovens do sul do Brasil utilizam a TV e a internet diariamente com o conteúdo das respostas sobre questões envolvendo o interesse por política, a participação política e a confiança nas instituições, buscou-se verificar como a exposição dos casos de corrupção no Brasil, nos últimos anos, tem influenciado na constituição de uma cultura política dos jovens, representado um fator de atração ou repulsão aos assuntos da vida política.

Os resultados da pesquisa “Democracia, mídias e capital social”, realizada pelo Nupesal/UFRGS, apontam que a família continua sendo o primeiro agente socializador dos jovens, no entanto os dados analisados neste trabalho permitem

confirmar que a mídia, em especial a internet, vem substituindo a escola como segundo agente socializador. Essa mudança impacta na constituição de uma cultura política juvenil, e os dados apontam para uma manutenção de apatia política, desconfiança institucional e baixa participação política.

Com relação à primeira hipótese a ser testada - a exposição dos casos de corrupção tem se refletido na baixa confiança dos jovens nas instituições políticas - o resultado da análise apontou para a sua confirmação parcial, pois para os partidos políticos e presidente, somados os jovens que confiam com os que não confiam mais ou menos temos menos de 34%, enquanto para o judiciário, percentuais de quase 70%, em média, considerando-se as três faixas de utilização da TV e da internet.

No período de realização das entrevistas, os anos de 2015 e 2016, já estava em andamento a operação Lava Jata da Polícia Federal - iniciada em 2013 -, que revelou o esquema de corrupção na Petrobras, no qual estavam envolvidos diversas empreiteiras, doleiros e políticos de diversos partidos. Tal operação vinha ocupando grande espaço na programação dos telejornais, como na mídia em geral, o que pode explicar a diferença entre os percentuais de confiança dos jovens nas três instituições. Enquanto os políticos e seus partidos eram citados nos meios de comunicação como envolvidos diretamente nos esquemas de corrupção, a presidente Dilma Roussef era citada indiretamente, por seu partido o PT, que tinha vários políticos envolvidos, enquanto o poder judiciário, na figura de juízes e promotores, a instituição responsável pelas prisões e condenações. Desta forma, a confiança na presidente (2,2 % a 3,6%) com percentuais um pouco maiores com relação aos partidos políticos (0,4% a 1,6%) e o judiciário (11,1% a 14,1%) com percentuais bem maiores de confiança em relação às outras duas instituições.

Para a segunda hipótese - a baixa confiança nas instituições políticas tem provocado a descrença nos processos democráticos entre os jovens -, partindo-se da constatação da confirmação de que há uma baixa confiança em algumas instituições, encontramos que existe entre praticamente a metade dos jovens uma descrença com relação à participação política, mas que a maioria deles acredita que outras formas de participação - consideradas fora do campo da política - são importantes para a democracia. É nítido que para eles "participar da política" significa o engajamento em partidos, o envolvimento com a esfera institucional da política, tão vinculada aos escândalos de corrupção divulgados pela mídia, mas que o cidadão, no seu cotidiano, encontra outras formas de participar da democracia.

Desta forma, pode-se entender que a diminuição da confiança nas instituições não provoca a descrença nos processos democráticos entendidos fora do âmbito da política institucional, mas sim quanto aos processos formais da democracia.

No que diz respeito à terceira hipótese - quanto maior o tempo de exposição às notícias de corrupção menor o interesse pela participação política – não se obteve uma confirmação. Embora tenha sido constatado nas tabelas 4 e 5 que, de um modo geral, os jovens apresentam pouco interesse por política (em média 60% dos jovens), seja para os que usam a TV ou a internet, tendo um leve aumento no percentual conforme aumenta o tempo de uso destes meios, e que nas faixas de “muito interesse” e “nenhum interesse” por política, podemos observar que quanto menor o tempo de utilização da TV (tabela 4) maior o percentual de interessados em política, em uma relação inversamente proporcional, na tabela 6 – tempo de TV x participação em partidos políticos – se obteve uma relação contrária: quanto maior o tempo de utilização da TV maior o percentual de participação. Bem como não se observou relação de proporcionalidade nas tabelas seguintes, demonstrando que não existe relação entre o tempo de exposição aos veículos de comunicação de massa – e, portanto, às notícias de corrupção – e a participação política, principalmente no que diz respeito à internet, cujos percentuais de interesse e participação dos jovens do sul do Brasil não demonstraram qualquer regularidade com os tempos de uso em nenhum dos cruzamentos.

Tal conclusão vai ao encontro dos resultados encontrados por Moraes (2017), que diz que, no Brasil, a influência do uso da internet no fortalecimento da democracia é inconclusiva e que a democracia brasileira está, no momento, exclusivamente ligada à midiatização do contexto político, com escândalos e denúncias de corrupção.

Embora alguns estudos apontem efeitos opostos quanto ao papel da mídia, ora indicando que ela promove a desmobilização popular em relação à política, ora apontando que os cidadãos que acessam noticiários sobre política são os politicamente mais participativos (MESQUITA, 2010; SCHMIDT, 2000), neste trabalho, fica-se com a opinião de Baquero (2004) que acredita que, no Brasil, os meios de comunicação acabam por promover a desvalorização da política, pelo conteúdo negativo dos noticiários centrados no sensacionalismo, notadamente nos casos de corrupção, contribuindo para uma cultura política de desconfiança, desinteresse e apatia, pois - por mais que os resultados não apontem uma relação

direta entre tempo de utilização dos meios de comunicação e o interesse e a participação na política - temos que retomar, por exemplo, os eventos de 2013/2014, quando a população tomou as ruas para se manifestar, já que a mídia influenciou significativamente todo o processo de mobilização e desmobilização e que as palavras de ordem da maioria dos manifestantes eram de rejeição à política.

6. Referências

ABRAMO, Cláudio Weber. “Percepções pantanosas”. A dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 73, 2005.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1985.

AMORIM, Maria Salete de. *Cultura política e participação democrática*. In: _____ (Org.). *Democracia e participação: dimensões do neoliberalismo e da globalização*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2008. p. 107-128.

ALMOND, Gabriel A. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel A.; COLEMAN, James S. (Orgs.). *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1969. p. 13-68.

ALMOND, Gabriel A.; COLEMAN, James S. (Orgs.). *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1969. p. 13-68.

ALMOND, G. A.; POWELL, G. B.. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *La cultura cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*. Madrid: Euramérica, 1963.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural. 1991.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARISTÓTELES. *Da geração e da corrupção*. Editora Landy. São Paulo, 2001.

AVRITZER, Leonardo. “Cultura política, atores sociais e democratização – uma crítica às teorias da transição para a democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, jun. 1995, pp. 109-122.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, p. 88-113. 2006.

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello. Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In BAQUERO, Marcello. *Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

BAQUERO, Marcello. Socialização política e formação da personalidade política: uma perspectiva comparada. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Nações/Narrações: Nossas Histórias e Estória*. Porto Alegre: ABEA, 1998.

BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens portoalegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, p. 139-153, 2007.

BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. (orgs.). *Formas de (ex) pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, 2010, p. 55-78.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BRASIL 2010a, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); RENNÓ, Lúcio. Responsividade e qualidade da democracia: eleitores e representantes no nível federal In: Estado, instituições e democracia: republica. Livro 9, vol. 2, cap. 2, IPEA, 2010.

BRASIL 2010b, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); COHN, Gabriel; VIANNA, Luiz Werneck. A atualidade da questão republicana no Brasil do século XXI. In: Estado, instituições e democracia: republica. Livro 9, vol. 1, cap. 1, IPEA, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira, In: AVRITZER, L., et al. (orgs.). Corrupção: ensaios e crítica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, Henrique C. de O de. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 5, n. 2. Universidade de Brasília, 2014.

DAHL, Robert. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In.: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). The civic culture transformed. Cambridge University Press. 2014. Disponível em: <http://www.socsci.uci.edu/~rdalton/archive/CUP2014.pdf>. Acesso em: 27 de out. 2017.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EASTON, D.; DENNIS, J.. Children in political system: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro, Globo, 1975.

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. A Tolerância à Corrupção no Brasil: Uma Antinomia entre Normas Morais e Prática Social. *Opinião Pública* 15 (2): 386-421. 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 25. ed. RJ: José Olympio. 1986.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HEIDENHEIMER, Arnold J. Perspectives in the perception of corruption. In: HEIDENHEIMER, Arnold J. (ed.). *Political corruption: readings in comparative analysis*. New York: Hold, Rinehart and Wilston, p. 18-28. 1970.

HESS, Robert D.; TORNEY, Judith V.. The development of political attitudes in children. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald. Cultura e Democracia. In: HARRISON, Lawrence e HUNTINGTON, Samuel (org.). *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 133-153.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*. São Paulo. Verbena, 2009.

KEIL, Ivete. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis? In: BAQUERO, Marcello (org.). Democracia, juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

KLITGAARD, Robert. A Corrupção sob Controle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LUCAS, João Ignácio Pires. Juventude e antipolítica no Brasil. Um estudo de cultura política e ideologia. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MACHADO, Maíra Rocha; PASCHOAL, Bruno. MONITORAR, INVESTIGAR, RESPONSABILIZAR E SANCIONAR: a multiplicidade institucional em casos de corrupção Revista Novos Estudos, CEBRAP, nº 104, Março de 2016.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MESQUITA, Nuno Coimbra. Jornal Nacional, democracia e confiança nas instituições democráticas. In: MOISÉS, J. A. (org.). Democracia e confiança: porque os cidadãos comuns desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010.

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MOISÉS, José Álvaro de. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. Bases Socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo, Ática, 1995. MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). Cultura e democracia. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001, p.13-55.

MOISES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas". Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia Lições da Experiência Brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, São

Paulo, 2008. MOISÉS, José Álvaro. Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010a.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, G. P. A Corrupção Afeta a Qualidade da Democracia? Em Debate (Belo Horizonte), v. 2, p. 27-37, 2010b.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel (org.). A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: EDUSP. 2013.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Tese de doutorado. 286 f. 2017. PPG de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

MOSCA, Gaetano. La clase política. México: Fondo de Cultura Económica, 1992

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. Educação Unisinos, v. 9, p. 145-154, 2005.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre). 2015.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Florianópolis e Curitiba). 2016.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, São Paulo, n. 44, 1998.

PHARR, Susan; PUTNAM, Robert (org). Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries? Princeton: Princeton University. 2000.

PARETO, Vilfredo. Trattato di sociologia generale. Firenze: G. Barbera, 1923.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2016. Disponível em <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em 11 dez. 2017.

- POWELL, G. B. The Chain of Responsiveness. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Ed). Assessing the Quality of Democracy. The John Hopkins University Press: Baltimore, 2004.
- POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PRAÇA, Sérgio. Corrupção e Reforma Institucional no Brasil, 1988-2008. Opinião Pública 17 (1):137-162. 2011.
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. Democracy, Accountability, and Representation. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- RENNÓ JR., Lúcio R.. Revisitando a corrente dominante da teoria da cultura política. Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Brasília, n. 1, p. 235-271, 1997.
- RICO, Bruno. O Papel do Controle Interno no Combate à Corrupção: A Experiência da Controladoria-Geral da União no Executivo Federal Brasileiro. In: MOISÉS, José Á. (org.). O Congresso Nacional, os Partidos Políticos e o Sistema de Integridade. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, pp. 137-157. 2014.
- ROBALLO, José Henrique. Cultura política, socialização política e internet: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Porto Alegre, LPeM, 2014.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas.; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Política no Brasil. Lua Nova, São Paulo, n. 43, p. 189-216. 1998.
- SANI, Giacomo. Participação política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). Dicionário de Política. Brasília: Ed. da UNB, 1986.
- SANTOS, Wanderley G. dos. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil. 392 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2001.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo, democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVEIRA, Angelita; AMORIM, Maria Salete. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. Educação Unisinos, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.

SPECK, Bruno. Mensurando a Corrupção: Uma Revisão de Dados Provenientes de Pesquisas Empíricas. Cadernos Adenauer 10: 3-40. 2000.

STOKES, S. What do Policy Switches Tell Us about Democracy? In: PRZE-
WORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. (Ed.). Democracy, Accountability, and
Representation. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America.
Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STRASBURGER, Victor. Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico. Porto
Alegre: Artmed, 1999.

STREET, John. Review Article: Political Culture – from Civic Culture to Mass Culture.
British Journal of Political Science, n. 24, p. 85-114, 1993.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Global Corruption Report 2007: corruption in
judicial systems. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WARREN, Mark E. La Democracia contra La Corrupción. Revista Mexicana de
Ciencias Políticas y Sociales 47 (193): 109-141. 2005.

WARREN, Mark E., "What Does Corruption Mean in a Democracy?", American
Journal of Political Science n° 48 , pp. 327-342. 2004.

7. ANEXO I – Questionário

Survey

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um
estudo comparativo de socialização política dos jovens
no Sul do Brasil

Instruções de preenchimento:

1. Siga as instruções para cada pergunta.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

1. Sua idade: _____
2. Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- (1) Muito
- (2) Pouco
- (3) Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com: Marque uma opção.

	Frequentemen te	Às Vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Sua lista de contatos das redes sociais				

4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque qual é a primeira e qual é a segunda mais importante.

	1°	2°
1. Família		
2. Igreja		
3. Escola		
4. Amizades		
5. Televisão		
6. Rádio		
7. Jornal impresso/ Revista		
8. Internet		
9. Redes sociais		

6. Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? Marque uma opção.

	Muito	Pouco	Nenhum
6.1 Seus pais			
6.2 Seus familiares			
6.3 Seus amigos			
6.4 Seus colegas de escola			
6.5 Seus professores			

Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

7. Em sua opinião qual é o principal problema do país? Marque uma opção.

- (1) Inflação
- (2) Desemprego
- (3) Saúde
- (4) Pobreza
- (5) Corrupção
- (6) Moradia
- (7) Transporte
- (8) Educação
- (9) Outro. Qual?

(88) Não sei

(99) Não quero responder

8. Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas? Marque uma opção.

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar.
- (2) A participação da população nas decisões do governo.

9. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

10. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? Marque uma opção.

- (1) Sim, será melhor.
- (2) Será igual.
- (3) Não, será pior. Por quê?

-
- (88) Não sei
 - (99) Não quero responder

11. Como você sabe existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país? Marque uma opção.

- (1) Inseguro
- (2) Indignado
- (3) Assustado
- (4) Frustrado
- (5) Feliz
- (6) Confiante
- (7) Satisfeito
- (8) Seguro
- (9) Outro.

Qual? _____

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

12. Você participa de atividades da escola? Marque uma opção.

(1) Sim. Quais?

(2) Às vezes

(3) Não. Por quê?

13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

14. Quando não gosta de alguma coisa na escola, o que você faz?

15. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

(88) Não sei

(99) Não quero responder

16. A sua escola tem Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

(1) Sim (Responda a próxima questão)

(2) Não (Pule para questão 18)

(88) Não sei (Pule para questão 18)

(99) Não quero responder

17. Você participa do Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por
quê? _____

18. Você participa de alguma outra organização estudantil? Marque uma opção.

(1) Sim. Qual?

(2) Não

19. Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê?

(88) Não sei

(99) Não quero responder

20. Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê?

21. Em relação à educação que você recebe, está satisfeito? Marque uma opção.

(1) Sim.

(2) Não. Por quê?

22. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

(1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante

(2) Não concordo: lugar de política não é na aula

Falando ainda sobre política.

23. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

(1) Alienado

(2) Indiferente

(3) Desiludido

(4) Interessado

(5) Participativo

(6) Outro.

Como? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

24. Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em:

24.1 Política

24.2 Políticos

24.3 Partidos Políticos

24.4 Cidadania

25. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
25.1 Todos os políticos são corruptos.			
25.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
25.3 Políticos são todos iguais.			
25.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
25.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
25.6 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
25.7 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			

26. Você votou nas últimas eleições? Marque uma opção.

(1) Sim.

(2) Sim, mas anulei. Por quê?

(3) Não. Por quê?

27. Você é favorável ao voto com 16 anos? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê?

28. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por

quê?

29. Ao definir o seu voto, o que leva em conta? Marque uma opção.

(1) A pessoa do candidato.

(2) O partido do candidato.

(3) A pessoa e o partido.

30. Nas últimas eleições, você colocou cartazes do seu candidato ou partido em sua casa, carro ou escola? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

31. Você assistiu ou ouviu: Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
31.1 Horário gratuito na rádio ou na TV			
31.2 Debates entre candidatos na rádio ou na TV			

32. Atualmente, fala-se muito sobre direita e esquerda na política brasileira. Na escala abaixo o 1 corresponde a extrema esquerda e o 10 a extrema direita. Marque um X em qual posição você se coloca.

1 2 3 4 5 6 7 8 9
10

Esquerda

Direita

(88) Não sei

(99) Não quero responder

33. Com relação aos partidos políticos listados abaixo, marque com um X com qual deles você mais se identifica? E sua mãe? E seu pai? Marque uma opção.

Partido	Você	Mãe	Pai
1. PSD			
2. PMDB			
3. PSDB			
4. PT			
5. PP			
6. PR			
7. PSB			
8. PTB			
9. PDT			
10. PSC			
11. PC do B			
12. PPS			
13. PSTU			
14. PSOL			
15. Não tem preferência partidária			

16. Qual? _____	Outro.			
88. Não sei				

34. Você sabe o nome e o partido do:

- Prefeito

34.1

Nome _____

34.2 Partido

- Governador

34.3

Nome _____

34.4 Partido

- Presidente

34.5

Nome _____

34.6 Partido

35. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vem em sua mente?

Marque o que vem em primeiro, em segundo e em terceiro lugar em sua mente.

	1º	2º	3º
1. Votar			
2. Poder criticar			
3. Governar para maioria			
4. Respeitar o direito de todos			
5. Não ter pobreza			
6. A competição entre partidos			
7. A igualdade entre os cidadãos			
8. A paz			
9. Liberdade de expressão			
10. Liberdade de imprensa			
11. Qual? _____	Outro.		

Falando sobre participação política.

36. Você costuma participar de: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Não participo
36.1 Partidos Políticos			
36.2 Reuniões políticas			
36.3 Comícios políticos			
36.4 Associações comunitárias			
36.5 Atividades religiosas			
36.6 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
36.7 Orçamento Participativo			
36.8 Abaixo assinados			
36.9 Manifestações, protestos, passeatas			
36.10 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
36.13 Movimentos Sociais			
36.14 Atividades no seu bairro			

37. Participaria de atividades políticas, se fosse convidado? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê?-

(88) Não sei

(99) Não quero responder

38. Em 2013, muitos jovens foram às ruas para fazerem manifestações sobre assuntos relacionados ao Brasil. Você participou destas manifestações? Marque uma opção.

(1) Sim (Responda a próxima pergunta)

↓ (2) Não (Pule para questão 40)

39. Se você participou, quanto cada meio listado abaixo o influenciou a participar? Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
39.1 Família				
39.2 Igreja				
39.2 Amigos				
39.3 Professores				

39.4 TV				
39.5 Rádio				
39.6 Jornal impresso ou Revista				
39.7 Internet				

40. Ainda com relação às manifestações de 2013, você considera que elas foram importantes? Marque uma opção.

(1) Sim. Por quê?

(2) Não. Por quê?

(88) Não sei

(99) Não quero responder

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

41. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
41.1 Pessoas em geral			
41.2 Seus pais			
41.3 Seus familiares			
41.4 Seus vizinhos			
41.5 Seus colegas de aula			
41.6 Sua lista de contatos das redes sociais			
41.7 Seus amigos			
41.8 Seus professores			

42. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
42.1 Igrejas			
42.2 Partidos Políticos			
42.3 Judiciário (Juízes e tribunais)			
42.4 Presidente			
42.5 Governo Federal (Ministros)			
42.6 Polícia			
42.7 Forças Armadas			
42.8 Escola			

42.9 Movimentos Estudantis			
42.10 Conselho Escolar			
42.11 Grêmio Estudantil da escola			
42.12 Associações Comunitárias			
42.13 TV			
42.14 Jornal Impresso e Revista			
42.15 Rádio			
42.16 Internet			

43. Para formar sua opinião sobre essas instituições, qual a influência que cada um dos grupos abaixo listados exerce. Marque uma opção.

	Muito	Mais menos	ou	Pouco	Nada
43.1 Família					
43.2 Igreja					
43.3 Amigos					
43.4 Professores					
43.5 TV					
43.6 Rádio					
43.7 Jornal impresso ou Revista					
43.8 Internet					

44. Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
44.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.			
44.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
44.3 A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

45. Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
45.1 TV			

45.2 Rádio			
45.3 Jornal Impresso e Revista			
45.4 Internet			
45.5 Redes Sociais			

46. Em média:

46.1 Quantas horas por dia você assiste TV	hr
46.2 Quantas horas por dia você ouve rádio	hr
46.3 Quantas horas por dia você fica conectado na internet	hr
46.4 E dessas horas na internet, quantas você fica conectado nas redes sociais	hr
46.5 Quantos dias por semana você lê jornal impresso ou revista	dia

47. Confia nas informações políticas veiculadas: Marque uma opção.

	Sim	Mais ou menos	Não
47.1 Na TV			
47.2 Na rádio			
47.3 Nos jornais impressos ou revistas			
47.4 Na internet			
47.5 Nas redes sociais			

48. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção.

	Entretenimento	Informação	Ambos
48.1 Assiste TV			
48.2 Ouve Rádio			
48.3 Lê jornal impresso ou revista			
48.4 Conecta-se à internet			

49. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de pensar? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
49.1 TV			
49.2 Rádio			
49.3 Jornal impresso ou revista			
49.4 Internet			

50. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de agir?
 Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
50.1 TV			
50.2 Rádio			
50.3 Jornal impresso ou revista			
50.4 Internet			

Pensando sobre as Redes Sociais da Internet.

51. Das redes sociais listadas abaixo, quais são as três mais utilizadas por você? Marque a primeira, a segunda e a terceira mais utilizada.

	1°	2°	3°
51.1 Twitter			
51.2 Facebook			
51.3 Google +			
51.4 Whatsapp			
51.5 Instagram			
51.6 Snapchat			
51.7 Skype			
51.8 Youtube			
51.9 Fóruns			
51.10 Outra. Qual? _____			

52. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais?
 Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

53. Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos?
 Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
53.1 Ler ou assistir o vídeo			
53.2 Curtir			
53.3 Comentar			
53.4 Compartilhar			

53.5 Usar #			
-------------	--	--	--

54. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais?

Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
54.1 Seus pais			
54.2 Seus familiares			
54.3 Seus amigos			
54.4 Seus colegas de escola			
54.5 Sua lista de contatos das redes sociais			
54.6 Seus professores			
54.7 Outro. Quem? _____			

55. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política?

Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Mais ou menos
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

56. Você participa de mobilizações políticas via Internet, tais como: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Nunca participei
56.1 Abaixo assinado			
56.2 Boicotes			
56.3 Twittaços			

57. Você confirma presença em eventos relacionados à política no Facebook?

Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

58. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela internet?

Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais?

—

- (2) Não. Por quê?

59. Você fez campanha para algum candidato político pelas Redes Sociais nas últimas eleições? Marque uma opção.

- (1) Sim. De que forma?

- (2) Não. Por quê?

—

60. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
60.1 Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das Redes Sociais.			
60.2 Sinto que sou parte de uma comunidade quando estou assistindo TV.			
60.3 Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.			
60.4 Quando assisto uma notícia sobre política na TV sinto vontade de participar de movimentos sociais e mobilizações.			

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

61. Qual o seu estado civil? Marque uma opção.

- (1) Solteiro
- (2) Casado
- (4) Divorciado
- (5) Viúvo

62. Qual a sua religião?

63. Com quem você mora? Marque uma opção.

- (1) Mora com pai e mãe
 - (2) Mora com parentes ou amigos
 - (3) Mora com a mãe
 - (4) Mora com o pai
 - (5) Mora sozinho
 - (6) Mora com esposo(a) ou companheiro(a)
 - (7) Outros. Quem?
-

64. Qual a escolaridade de sua mãe e de seu pai? Marque uma opção para sua mãe e uma para seu pai.

	Mãe	Pai
1. Sem instrução		
2. Ensino Fundamental incompleto		
3. Ensino Fundamental completo		
4. Ensino Médio incompleto		
5. Ensino Médio completo		
6. Ensino Superior incompleto		
7. Ensino Superior completo		
88. Não sei		

65. Você tem acesso à internet em casa? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

66. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

- (1) Sim. Em quê?
-

—

- (2) Já trabalhei. Em quê?
-

- (3) Não

67. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudarem a decidir? Marque uma opção.

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

68. Qual sua etnia (cor)?

69. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

- (1) Até um salário mínimo
- (2) De 1 a 2 salários mínimos
- (3) De 3 a 4 Salários mínimos
- (4) Mais de 5 salários mínimos
- (5) Não sei

70. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você discorda. Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você discorda.

- "Atletas profissionais ganharem altos salários"
- "A política de reserva de vagas para negros como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais)"

- “A existência de programas sociais de distribuição de renda”

1. Discordo de 1 item	
2. Discordo de 2 itens	
3. Discordo de 3 itens	

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com a pesquisa. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.